

Estudo Técnico Preliminar 34/2023

1. Informações Básicas

Número do processo: 01450.001935/2023-72

2. Descrição da necessidade

A proteção ao patrimônio arqueológico está assegurada na Constituição Federal de 1988, a qual reconhece esses bens como parte integrante do Patrimônio Cultural Brasileiro (artigo 216) e estabelece que os sítios arqueológicos pré-históricos são bens da União (artigo 20, inciso X). Também dispõe que é competência comum da União, dos Estados e dos municípios a proteção dos sítios arqueológicos (artigo 23, inciso III) e preconiza que o poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação (artigo 216, §1º).

Além disso, a Lei 3.924/1961 estabelece que todos os monumentos arqueológicos ou pré-históricos de qualquer natureza existentes no território nacional e todos os elementos que neles se encontram ficam sob a guarda e proteção do poder público (artigo 1º.) **e determina que a manutenção de um cadastro dos Sítios Arqueológicos brasileiros é uma prerrogativa do Iphan (artigo 27), sendo uma ação necessária e que possibilita que a sociedade tenha conhecimento da existência desses bens, conforme estipula o art. 215 da CF/1988.**

Dessa forma, o Iphan possui mais de 30 mil sítios arqueológicos cadastrados em seus bancos de dados (SICG e CNSA). Entretanto, grande parte desses bens não possuem coordenadas geográficas, sendo, portanto, de localização desconhecida, o que impossibilita a execução de ações de preservação desses bens. Diante disto, se faz necessário o recadastramento destes sítios arqueológicos, com o fim de atualizar suas informações básicas, de modo a permitir a devida gestão e uso deste patrimônio.

Sendo assim, por meio da Portaria nº 23, de 17 de maio de 2021, o Iphan incorporou no indicador 17 do seu planejamento estratégico, a meta de recadastrar todos esses sítios até o ano de 2024.

Desse modo, foi aprovado o aprovação do Plano de Ação ID 8977 (4774893) para a contratação de pessoa(s) jurídica(s) capacitada(s) para realizar o Recadastramento de Sítios Arqueológicos no estado do Mato Grosso. Ressalto que o recurso advém de descentralização orçamentária formalizada pelo DNIT ao Iphan, em 7 de março de 2023, no montante de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), por meio da Nota de Crédito 2023NC0000268, em cumprimento ao Termo de Ajuste de Conduta - TAC (SEI nº 3855995), firmado entre Iphan e DNIT, em decorrência dos danos causados aos sítios arqueológicos Firmeza 1 Firmeza 2 Firmeza 3, Cacau, Cacau 2, Cacau 3 e Corgão, em face das obras na rodovia BR-158/MT Trecho Norte e Sul, com o objetivo desta autarquia realizar a contratação de pessoa(s) jurídica(s) para o Recadastramento de Sítios Arqueológicos no Estado de Mato Grosso.

Nesse sentido, com fundamento na legislação vigente e nas atribuições conferidas ao Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional, se faz necessária a contratação de serviço terceirizados de recadastramento de sítios arqueológicos no Estado do Mato Grosso, inserindo-os no Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG).

Em relação à Portaria n.º 443, de 27 de dezembro de 2018, editada pelo então Ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, a qual elenca as atividades que devem ser preferencialmente terceirizadas, indico que as atividades listadas no Termo de Referência da presente contratação se enquadram no inciso XII - georeferenciamento. Além disso, certifico que os serviços não incidem nas hipóteses de vedações constantes no art. 3º, §1º, do Decreto nº 9.507, de 2018 e, portanto, a contratação pretendida se encontra em consonância com as regras acima expostas.

Ademais, a contratação de serviço justifica-se, pela própria natureza extraordinária do projeto, assim como pela extensão territorial abrangida e a quantidade de sítios arqueológicos objetos de recadastramento, o que impossibilita realização do serviço pela equipe técnica do Iphan sem prejuízo às atividades rotineiras de análise e fiscalização.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
-------------------	-------------

Coordenação de Normas e Acautelamento/CNA/DEPAM
/IPHAN

Danieli Helenco

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

O licitante deverá atender às exigências estabelecidas na legislação vigente, no edital da licitação e em seus anexos, atendendo todos os requisitos para participar do certame, desde o credenciamento no portal Compras Governamentais, da participação da sessão pública no dia e horário agendado do envio das propostas de preços e dos documentos de habilitação pertinentes.

Por tratar-se de serviços que abrangem a atualização dos dados de localização e caracterização de Sítios Arqueológicos, eles deverão ser executados de forma não contínua.

Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

No valor a ser apresentado pela empresa haverá a declaração expressa de estarem inclusa em sua proposta de preço todas as despesas com frete, seguros, tributos e taxas de qualquer natureza, além de despesas com deslocamento, passagens e diárias, se necessário.

As obrigações da Contratada e Contratante estão previstas no Termo de Referência.

Deverá ser apresentada equipe técnica, cuja qualificação deverá preencher os seguintes requisitos:

- Contar com, no mínimo, 01 (um) Arqueólogo (a) Coordenador (a) da Equipe (presença obrigatória): deverá atender ao perfil profissional especificado no Artigo, 2º, da Lei nº 13.653/2018, que regulamenta a profissão do Arqueólogo.
- Contar com, no mínimo, 04 (quatro) Arqueólogos (as) integrante da equipe de Campo (participação obrigatória na equipe): deverá atender ao perfil profissional especificado no Artigo, 2º, da Lei nº 13.653/2018, que regulamenta a profissão do Arqueólogo.
- Contar com, no mínimo, 03 (quatro) Auxiliares de pesquisa: Área de formação: Graduação em Arqueologia. História ou Ciências Sociais ou qualquer outro curso de formação superior. Escolaridade mínima: Graduação.
- Contar com, no mínimo, 01 (um) profissional com experiência em atuação com povos e comunidades tradicionais: Área de formação: Graduação em Arqueologia. História ou Ciências Sociais ou qualquer outro curso de formação superior. Escolaridade mínima: Graduação.
- Contar com, no mínimo, 01 (um) Técnico em Geoprocessamento (presença obrigatória na equipe): Graduação em Geoprocessamento, Geografia, Engenharia Ambiental, Engenharia de Agrimensura. Requisito necessário: experiência comprovada na utilização de SIG (Sistemas de Informação Geográfica), por meio de apresentação de atestado de curso regular de extensão ou certificado de treinamento em programas de SIG.

5. Levantamento de Mercado

O Levantamento de Mercado foi realizado nos moldes do inciso II do art. 5º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 05 de julho de 2021, optando-se como parâmetros os valores praticados em contratações de Recadastramento de Sítios Arqueológicos licitados no âmbito desta autarquia no último ano, estando os documentos relacionados, com as fontes de pesquisa e métodos de cálculo, acostados nos autos do processo, no Despacho 239 (4773397), conforme demonstrados na tabela a seguir:

UF	Nº PROCESSO	AÇÃO	CONTRATO	NÚMERO DE SÍTIOS	VALOR GLOBAL
MA	01494.000206/2022-10	Projeto de Recadastramento e Sinalização de Sítios Arqueológicos no Maranhão	3969463	45	R\$ 128.300,00
RJ	01500.001317/2022-17	Plano de reconhecimento e atualização dos Bancos de Dados da Superintendência do IPHAN-RJ referentes ao patrimônio cultural arqueológico acautelado	4052711	150	R\$ 360.505,19

AC	01423.000039/2023-13	Recadastramento de 225 (duzentos e vinte e cinco) sítios arqueológicos no estado do Acre	4561117	225	R\$ 478.901,00
----	----------------------	--	---------	-----	-------------------

Dessa forma, com base nas contratações já realizadas, chegou-se ao valor médio unitário de R\$ 2.460,97 (dois mil quatrocentos e sessenta reais e noventa e sete centavos) por sítio arqueológico a ser recadastrado, totalizando um **valor global de R\$ 1.139.429,11 (um milhão, cento e trinta e nove mil quatrocentos e vinte e nove reais e onze centavos) para o recadastramento de 463 sítios no Estado do Mato Grosso.**

6. Descrição da solução como um todo

Os serviços a serem contratados, enquadram-se na categoria de serviço comum, nos termos do Decreto nº 3.555/2000, Lei nº 10.520/2002 e Decreto nº 5.450/2005, por possuírem padrões de desempenho e características gerais e específicas, usualmente encontradas no mercado, podendo, portanto, serem contratados por meio de Pregão Eletrônico.

Espera-se da empresa contratada que, fiscalizada por um técnico(a) do Iphan, realize o Recadastramento de Sítios Arqueológicos, cadastrando no Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG) dados referentes à localização, delimitação, georreferenciamento e caracterização dos sítios arqueológicos constantes no Cadastro Nacional dos Sítios Arqueológicos – CNSA e/ou em documentação existente na Superintendência do IPHAN em Mato Grosso que não tenham sido georreferenciados ou que apresentem problemas ou imprecisões em relação às suas coordenadas geográficas.

São esperados, para cada item da licitação, os seguintes produtos a serem entregues no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) meses:

- a) PRODUTO 1 – Projeto para Recadastramento de Sítios Arqueológicos por meio de consulta documental e bibliográfica a ser protocolado no Iphan em até 2 meses após a assinatura do contrato;
- b) PRODUTO 2 – Relatório de Atividades de Recadastramento de Sítios Arqueológicos por meio de consulta documental e bibliográfica, em prazo definido no projeto do Produto 1 aprovado;
- c) PRODUTO 3 – Projeto para Recadastramento de Sítios Arqueológicos por meio de pesquisa in loco, em até 4 meses após a entrega do Relatório do Produto 2;
- d) PRODUTO 4 – Relatórios Parciais de Atividades in loco (Trimestrais); e
- e) PRODUTO 5 – Relatório Final de Atividades de Recadastramento de Sítios Arqueológicos, em prazo definido no projeto do Produto 3 e Carta Arqueológica.

O regime de execução será por preço global o que se justifica, dentre outros fatores, em razão da possibilidade de previsibilidade orçamentária da contratação, do incentivo à competitividade; da facilitação da comparação de propostas; da redução de riscos financeiros, pois ao optar pelo preço global, a administração pública transfere uma parcela significativa dos riscos financeiros associados à execução do serviço para o contratado uma vez que o licitante vencedor deve garantir que o serviço seja entregue dentro do orçamento estabelecido.

As demais especificações da solução estarão contidas no Termo de Referência.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Item	Descrição/Especificação	Quant
I	Recadastramento de 463 Sítios Arqueológicos no Estado do Mato Grosso	01

8. Estimativa do Valor da Contratação

Tendo como base a pesquisa de preço realizada, chegou-se ao valor global estimado de **valor global de R\$ 1.139.429,11 (um milhão, cento e trinta e nove mil quatrocentos e vinte e nove reais e onze centavos) para o cadastramento de 463 sítios no Estado do Mato Grosso.**

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Não será aplicado o parcelamento da solução ao objeto a ser contratado. Ao consolidar a contratação em um único contrato, é possível negociar melhores condições e preços, aproveitando economias de escala e reduzindo os custos administrativos associados à avaliação e gestão de múltiplos contratos..

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Contratações correlatas podem ser verificadas nos processos 01450.001619/2022-10, 01490.000102/2022-37, 01494.000206/2022-10 e 01512.000252/2022-45

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Por meio da Portaria nº 23, de 17 de maio de 2021, o Iphan incorporou no indicador 17 do seu planejamento estratégico, a meta de cadastrar todos esses sítios até o ano de 2024.

12. Resultados Pretendidos

A presente contratação tem como resultado pretendido a localização, o georreferenciamento e a delimitação dos sítios arqueológicos do Estado do Mato Grosso, que não dispõem dessas informações, de modo a beneficiar o conhecimento e o acesso ao bem público pelos cidadãos, assim como permitir a melhor gestão e preservação destes bens pela Administração Pública.

13. Providências a serem Adotadas

Elaboração do Termo de Referência, bem como de todos os documentos necessários e complementares e elaboração do Edital.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Não se vislumbra impactos ambientais na presente contratação. Na elaboração do ETP foram consideradas as diretrizes traçadas no Guia indicado pela PF/IPHAN, não estando o serviço objeto da licitação previsto entre aqueles que constam da parte específica do Guia. Posto isso, destaca-se ainda que, por tratar-se de contratação de serviço de Cadastramento de Sítios Arqueológicos, é intrínseco ao objeto licitado a observância das normas atinentes à preservação do patrimônio arqueológico,

estando estas especificidades e já delineadas nas especificações e requisitos constantes do Termo de Referência. Sendo assim, em consonância com o Guia, se entendeu que o objeto da contratação não se sujeita aos critérios e práticas de sustentabilidade, uma vez que, pelas características próprias do objeto, não foram vislumbrados quaisquer outros impactos.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

A contratação está alinhada com o planejamento estratégico do Iphan e há disponibilidade orçamentaria para sua execução.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

DANIELI HELENCO

Equipe de Planejamento



Assinou eletronicamente em 03/10/2023 às 20:25:22.

LUDIANE DAS CHAGAS VILELA

Equipe de Planejamento

ANA JOAQUINA DA CRUZ OLIVEIRA

Equipe de Planejamento